



Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital
Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail: vcivel3@tjal.jus.br

Autos nº 0715766-62.2016.8.02.0001

Ação: Recuperação Judicial

Requerente: Critério Engenharia Ltda.

Requerido: Banco Bradesco Financiamentos S/A

SENTENÇA

Trata-se de Pedido de Homologação do Plano de Recuperação Judicial, apresentado pela Empresa Recuperanda (fls. 1035/1037), em virtude da inexistência de objeções.

Analizando os autos, é de bom alvitre fazer um breve relato dos principais atos processuais realizados, mormente por se tratar de matéria relativamente complexa.

O processamento do pedido de recuperação judicial ocorreu no dia 22 de julho de 2016 (fls. 108/110). Em seguida, foi publicado edital dando conta da primeira lista de credores (fls. 120/127), nos moldes do art. 52 § 1º, da Lei n. 11.101/05.

Na decisão que deferiu o processamento, a qual foi devidamente publicada no DJE (fls. 128/129), ficou expressamente consignado a advertência acerca dos prazos para habilitações dos créditos, na forma do art. 7º, § 1º, da LEF, a fim de que os credores apresentassem objeções ao Plano de Recuperação Judicial, tudo nos termos do art. 55 da referida lei.

Em obediência ao comando judicial, a Recuperanda apresentou o plano às fls. 473/505.

Após, mesmo diante dos indicativos de como se processa o pedido de recuperação judicial, alguns credores começaram a apresentar habilitações, divergências e impugnações ao primeiro edital diretamente ao Juízo, nos autos principais, quando, em verdade, deveriam dirigi-los diretamente ao Administrador Judicial, justamente como determina o 7º, § 1º, da Lei n. 11.101/05.

Em razão disso, com o escopo de se evitar tumulto processual, foi determinado por este Juízo, a exclusão das habilitações, divergências e impugnações à primeira lista de credores que tivessem sido juntadas aos autos principais. Assim, determinou-se a publicação do edital (fls. 463/465) contendo a segunda lista de credores, elaborada pelo Administrador Judicial nos moldes do art. 7º, §2º da Lei 11.101/2005. Para além disso, explicitou-se como deveria ser realizado o procedimento, qual seja, através de petição autônoma distribuída por dependência



Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital
 Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail: vcivel3@tjal.jus.br

aos autos principais, nos moldes do art. 8º, parágrafo único, da LEF.

Também fora determinada a publicação do edital (fls. 603) dando conta da apresentação do plano de recuperação judicial, nos moldes do art. 55 da LEF.

Com efeito, depreende-se a harmonia do provimento judicial com a legislação e a jurisprudência. Tendo em vista seus contornos, foram expedidos dois editais, o primeiro dando conta da segunda lista de credores, o outro, dando conhecimento aos credores da apresentação do plano de recuperação, com a finalidade de apresentarem objeções, se assim entendessem.

Os editais, como determina o art. 55 da LEF, foram publicados para que no prazo de 10 (dez) dias os credores apresentassem suas divergências, habilitações e impugnações à segunda lista de credores, bem como, no prazo de 30 (trinta) dias, fossem apresentadas objeções ao plano de recuperação judicial.

Conforme Certidão de fls. 603, o edital que avisa da entrega do Plano de Recuperação Judicial foi disponibilizado no dia 25 de novembro de 2016 (sexta-feira), considerado publicado no dia 28 de novembro de 2016 (segunda-feira).

Por sua vez, o edital que trata do art. 7º, §2º da LEF foi disponibilizado no dia 03 de fevereiro de 2017 (sexta-feira) e como marco inicial para contagem dos prazos em 06 de fevereiro de 2017 (segunda-feira). Desta feita, o encerramento do prazo para apresentação das impugnações/divergências/habilitações ocorreu em 17.02.2017.

Nesse lapso temporal, apenas um credor apresentou objeção: Banco do Brasil S.A. Em que pese a apresentação dessa objeção, posteriormente, o credor acima listado, pediu desistência da mesma, conforme se verifica às fls. 1010.

Com a desistência da única objeção pelo Credor, incide o previsto no art. 58 da Lei n. 11.101/05 que impõe a homologação do plano de recuperação judicial que não tenha sofrido objeções.

Nessa senda:

ACÓRDÃO N.º 6-0700/2011 AGRAVO DE INSTRUMENTO.
 DIREITO COMERCIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL.
HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO APRESENTADO. INEXISTÊNCIA DE OBJEÇÃO DOS CREDITORES. INTEMPESTIVIDADE DA ÚNICA OBJEÇÃO APRESENTADA. DISPENSABILIDADE DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES. HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO DEVIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. (TJ-AL, Relator: Juiz Conv. José Cícero Alves da Silva, 3ª Câmara Cível)

A lei que disciplina o procedimento de recuperação judicial não prevê o



Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital
Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail: vcivel3@tjal.jus.br

procedimento a ser adotado caso o credor apresente objeção e posteriormente desista, como ocorreu in casu. Certo que não há nenhuma vedação à desistência, tampouco se pode obrigar a parte a prosseguir com a impugnação ao plano de recuperação judicial.

Desta forma, é possível aos Credores desistir das objeções ao plano de recuperação judicial se tais pedidos tiverem sido apresentados antes de convocada a assembleia geral de credores.

Assim, diante da inexistência de objeções, prossegue-se o procedimento de recuperação, momento em que se impõe a homologação tácita do plano (art. 55 e 58, primeira parte).

No caso em análise, verifico que a Recuperanda atendeu aos requisitos mínimos ao processamento da recuperação judicial traçados no artigo 48 da Lei nº 11.101/05, tanto que deferido por este Juízo, além de ter sido a exordial devidamente instruída com os documentos indispensáveis previstos pelo artigo 51 da referida Lei, senão veja-se:

Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

I - não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;

II - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;

III - não ter, há menos de 8 (oito) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo;

IV - não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

Art. 51. A petição inicial de recuperação judicial será instruída com:



Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital
Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail: vcivel3@tjal.jus.br

I - a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira;

II - as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstração de resultados acumulados;
- c) demonstração do resultado desde o último exercício social;
- d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;

III - a relação nominal completa dos credores, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente;

IV - a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com

o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;

V - certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;

VI - a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;

VII - os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;

VIII - certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde



Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital
Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail: vcivel3@tjal.jus.br

possui filial;

IX - a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.

Além dessas exigências, destaco haver a desnecessidade de preenchimento dos requisitos do art. 57 da LRF, que dizem respeito às certidões que atestam a regularidade fiscal da sociedade empresária, uma vez que conforme comprovado pela própria Recuperanda em seu petítório de concessão de Recuperação Judicial, há tempos que a jurisprudência vem defendendo a sua desnecessidade, inclusive com precedente do Tribunal de Justiça de Alagoas, de sua egrégia 1ª Câmara Cível, originado do julgamento do Agravo de Instrumento nº 0800428-93.2015.8.02.0001.

Ao teor do exposto, com arrimo no art. 58 da Lei 11.101/2005, **HOMOLOGO O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL** apresentado pelo Empresa Recuperanda às fls. 473 *usque* 505 dos presentes autos, que implica em novação dos créditos anteriores ao pedido, conforme redação do artigo 59 da LRF, e que perdurará pelo prazo de 2 anos contados da data de sua concessão.

Determino que a Recuperanda promova a anotação da expressão "Recuperação Judicial" no registro da empresa, devendo constar após seu nome ou razão social.

Publique-se

Maceió, 13 de setembro de 2017.

Henrique Gomes de Barros Teixeira
Juiz de Direito